

**CONVÊNIO MINAS PELA
PAZ E SECRETARIA DE
ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

18 / 02 / 2011

Há alguns anos o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desenvolve atividades com o objetivo de fortalecer a humanização e o cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas de internação.

Com isso, buscamos a individualização da pena, e alcançar a finalidade precípua das medidas sócio-educativas, das penas alternativas e das medidas de segurança.

Como exemplo de tais iniciativas, cito a criação e instalação do método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Minas Gerais – bem como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI – PJ), este no âmbito da Capital Mineira.

A vitoriosa experiência da APAC instalada na Comarca de Itaúna resultou na instituição do

Projeto Novos Rumos na Execução Penal ainda no ano de 2004.

Recentemente, motivado pela Resolução 96 do Conselho Nacional de Justiça, que criou o Projeto Começar de Novo, e pela Lei nº 12.102 de 2009, que disciplina o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais incorporou todas as iniciativas que já vinha desenvolvendo e reinaugurou o Projeto “Novos Rumos”.

Com essa nova roupagem, o Projeto Novos Rumos, diretamente ligado à Presidência do Tribunal de Justiça, passou a gerenciar todas as iniciativas já indicadas, com vista à expansão das ações para todo o Estado de Minas Gerais, com enfoque prioritário na reinserção social da pessoa em conflito com a Lei.

Assim, esperamos que a conjugação dos propósitos do Projeto Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, e do Projeto Novos Rumos, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sirva de catalisador para o alcance do objetivo de promover ações efetivas de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

Esta cerimônia em que firmamos a cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e as entidades da iniciativa privada, demonstra que a sociedade civil também pode contribuir de forma efetiva para a reinserção social de presos e egressos.

Tal parceria é louvável e merece todo o nosso aplauso.

Estejam certos que de nossa parte o compromisso com o trabalho e o alcance dos objetivos do Projeto Começar de Novo e do Projeto Novos Rumos é hoje renovado, e ganha ainda mais força com a celebração desta parceria.

A caminhada até aqui não foi fácil, nem tranqüila. Mas, certamente, os frutos de tudo isso serão colhidos por todos.

Estamos certos de que sairemos daqui com a certeza de que desse nosso encontro virão resultados positivos, necessários para mitigar os graves problemas que afetam a realidade carcerária de nosso Estado e a vida social de todos nós.

Muito obrigado a todos.